

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



Sudão e Rússia: Cooperação Estratégica no Corredor do Mar Vermelho

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 214 • 06 de Junho de 2025

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Fragata russa RSF 494 "Almirante Grigorovich" atracada no Port Sudan](#)

Por: Ibrahim Ishaq

Fonte: Sputnik Mediabank

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Leite Cypriano Neves

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) William de Sousa Moreira (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)

REVISÃO E TRADUÇÃO

Mancy Mylene Soares Sant'Ana (UFRJ)

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Gabriel Francisco Castro Aguiar (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Matheus Moreira Alves (UERJ)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Guilherme Demmer Knippenberg (UFSC)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Júlia Santos Soares (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Rafael de Oliveira Maciel (UnB)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)
Yasmim Abril Monteiro Reis (San Tiago Dantas)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF/SWUST)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Lucas Salles Python Macedo (UFRJ)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Júlia Monteiro Mello Fróes e Silva (Unilasalle-RJ)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Eduardo El-Hader Fantini (UERJ)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Anna Laura Silveira Lengruber (UFRJ)
Gastão Menescal Carneiro Neto (Unilasalle - RJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Rafael Prisco Cabral (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
Maria Elena Andrade Barbosa (EFOMM)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)



SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL

Desafios à "Paz Total" na Colômbia Contemporânea5

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Os desafios estratégicos da revitalização naval para a indústria dos Estados Unidos da América6

O poder das tarifas: mais um capítulo da guerra comercial entre EUA-China.....7

ÁFRICA SUBSAARIANA

Sudão e Rússia: Cooperação Estratégica no Corredor do Mar Vermelho8

EUROPA

O dilema estratégico da Turquia: entre a autonomia e a dependência internacional.....9

Eleições presidenciais na Romênia: a predominância de interesses pró-Europa.....10

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Suspensão das sanções ocidentais contra a Síria e sua reintegração ao sistema econômico global.....11

RÚSSIA & Ex-URSS

As tensões entre a Hungria e a Ucrânia..... 12

LESTE ASIÁTICO

A crise política em Taiwan e suas implicações geopolíticas na Ásia-Pacífico..... 12

SUL DA ÁSIA

A evolução da visão estratégica indiana: MAHASAGAR e as Ilhas Maurício 13

O banimento do *Awami League* e seus impactos na política de Bangladesh 14

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Bandeiras na areia: a geopolítica das Filipinas entre China e EUA 14

POLOS

Anúncio da sexta estação antártica chinesa: o crescimento acelerado no continente15

TEMAS ESPECIAIS

CIJ, Ruanda e o M23: Os limites da responsabilização internacional pelo apoio a grupos armados..... 17

Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa..... 18

Calendário Geocorrente..... 18

Referências..... 19

Mapa de Riscos.....20

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Kaike Mota



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 20

Desafios à “Paz Total” na Colômbia contemporânea

Bruna da Silveira Eloy

Em 2025, a Colômbia enfrenta um agravamento significativo da crise sociopolítica, impulsionado pela intensificação dos conflitos armados em regiões periféricas, pela fragilidade da capacidade governamental e pelo desgaste das estratégias de negociação vinculadas à chamada “Paz Total” (Boletim 173). A escalada das tensões entre atores estatais e não estatais ocorre em um contexto de sobreposição entre criminalidade organizada, ausência histórica de presença pública efetiva e disputas por controle territorial. Diante dessas circunstâncias, questiona-se: de que maneira a atual configuração da violência compromete a governabilidade e inviabiliza a consolidação da “Paz Total” na Colômbia?

A intensificação dos confrontos armados entre o Exército de Libertação Nacional (ELN) e facções dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), sobretudo na zona de conflito do Catatumbo, na região nordeste do país, tem provocado impactos humanitários alarmantes e ampliado o vácuo institucional em áreas estratégicas. De acordo com a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de 80 mil pessoas foram afetadas por deslocamentos forçados, confinamentos ou restrições severas de mobilidade. A reação estatal, baseada na decretação do estado de comoção interna e da emergência econômica, reiterou a centralidade das Forças Armadas na contenção da crise. Essa inflexão securitária não apenas evidencia a fragilidade da estratégia de diálogo multilateral, como também reforça a permanência de soluções repressivas pouco

eficazes diante de causas estruturais da instabilidade interna.

Paralelamente, a interrupção do financiamento internacional proveniente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, sigla em inglês) — responsável por destinar cerca de US\$ 440 milhões anuais a projetos voltados de reintegração e fortalecimento institucional — afetou diretamente a implementação de dispositivos essenciais ao Acordo de Paz de 2016. Soma-se a esse cenário o desvio de mais de 62 mil armas registradas, adquiridas legalmente, para grupos armados não estatais, o que evidencia deficiências crônicas no controle estatal. Ainda que a Comissão Nacional de Encargos com o Cessar-Fogo Bilateral (CNEB) tenha promovido avanços, como zonas de concentração e promessas de desmobilização parcial, tais iniciativas revelam-se limitadas em termos de abrangência e eficácia.

Em síntese, os limites da “Paz Total” refletem não apenas a persistência de déficits estruturais na atuação estatal colombiana, mas também um processo de erosão institucional ampliado pela retração estratégica de atores, com influência na região. Assim, a decisão estratégica estadunidense de redução de apoio financeiro e institucional tem impactos prejudiciais na região. Consequentemente, a retração compromete iniciativas de reconstrução democrática e fragiliza a capacidade de resposta dos Estados sul-americanos a crises — produzindo efeitos sistêmicos sobre a segurança regional e os mecanismos multilaterais de estabilidade.



Os desafios estratégicos da revitalização naval para a indústria dos Estados Unidos da América

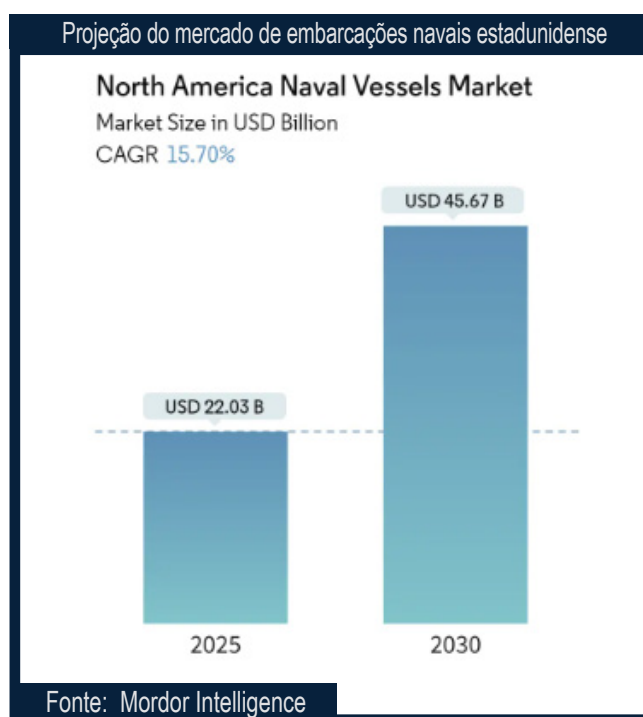
Julia Soares

Em um raro momento de união, democratas e Republicanos dos Estados Unidos da América (EUA) uniram-se, em abril de 2025, para relançar o “*Shipbuilding and Harbor Infrastructure for Prosperity and Security for America Act*” (SHIPS), uma iniciativa que busca, sobretudo, revitalizar a abalada indústria naval estadunidense. Nesse sentido, o projeto visa aumentar a quantidade de embarcações com bandeira dos EUA no comércio internacional, que atualmente conta com aproximadamente 80 navios ([Boletim 199](#)). Entre as medidas propostas, destacam-se incentivos fiscais de 25% para investimentos em estaleiros, e a criação de um fundo fiduciário para modernizar e expandir a infraestrutura do setor. Assim, questiona-se: como a iniciativa SHIPS pretende ampliar a presença dos EUA no comércio marítimo global?

A motivação por trás dessa iniciativa está ligada a fatores internos e externos. Dentro dos EUA, a falta de mão de obra qualificada é um grande obstáculo. Com o envelhecimento da força de trabalho e a aposentadoria de muitos profissionais veteranos dos estaleiros, há um déficit significativo de trabalhadores especializados. Esse cenário compromete os esforços de modernização dos estaleiros e eleva o custo da construção naval, que é três vezes maior do que o dos estaleiros estrangeiros, especialmente os asiáticos. Em contrapartida, a China apresenta-se como o principal

ator que impulsiona essa iniciativa ([Boletim 212](#)). Em 2024, a China foi responsável por mais de 60% da construção mundial de navios, deixando os EUA em uma posição de desvantagem tanto no comércio quanto na Defesa. Diante disso, a iniciativa visa inverter essa tendência, com a meta de adicionar 250 novos navios à frota comercial dos EUA nos próximos 10 anos.

Ademais, o projeto reflete uma continuidade das políticas dos governos Biden e Trump que, apesar das diferenças ideológicas, convergem quanto à necessidade de fortalecer a indústria naval nacional. Considerando esse panorama, as infraestruturas voltadas à construção de embarcações comerciais e militares são interdependentes, evidenciando que os obstáculos estruturais enfrentados pelas Forças Armadas também impactam diretamente o setor mercante. Logo, a iniciativa SHIPS representa não apenas uma medida de recuperação industrial, mas também um esforço geoeconômico para reposicionar os EUA no tabuleiro do comércio marítimo global. Sua efetividade, contudo, dependerá da capacidade de transformar os investimentos prometidos em ações estruturantes de longo prazo. É essencial integrar, de forma sinérgica, a modernização, a mão de obra e uma política industrial robusta que esteja à altura dos desafios impostos pela ascensão chinesa.



O Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, em abril de 2025, anunciou a imposição de tarifas “recíprocas” de, no mínimo, 10% sobre os produtos de cerca de 90 países, com objetivo de salvaguardar a soberania econômica dos EUA. Apesar da suspensão temporária e de negociações bilaterais em andamento, essa política desafia as regras de conduta do sistema multilateral do comércio internacional. Um efeito imediato dessas medidas é o escalonamento das tensões comerciais e políticas entre EUA e China, principal alvo da política tarifária. Assim, de que maneira a política tarifária de Trump está sendo instrumentalizada na guerra comercial entre EUA e China?

Nos primeiros 100 dias do segundo mandato de Trump, a reforma do comércio internacional tornou-se central nas estratégias econômicas e geopolíticas dos EUA, especialmente na competição estratégica com a China. A imposição de tarifas como emergência nacional visa combater o déficit comercial dos EUA — de US\$ 295,4 bilhões em 2024 com a China — e impulsionar a reindustrialização estadunidense. Um interesse estratégico dessas políticas é a dependência estadunidense da importação de minerais críticos, que detêm aplicações na indústria de Defesa e na de tecnologia. Destacam-se os efeitos internos como o encarecimento dos produtos para consumidores e indústrias estadunidenses, que têm dificuldades de encontrar fornecedores alternativos; e efeitos externos como a disrupção das cadeias produtivas com

expectativas de encarecimento do envio globalmente, segundo o The World Shipping Council.

Em continuidade às políticas adotadas em seu primeiro mandato, a administração Trump aumentou sucessivamente as tarifas de 10% para 145%, chegando até 245% sobre produtos considerados sensíveis e associados ao comércio ilegal de fentanil. Em retaliação imediata, a China impôs tarifas de 125% sobre as importações estadunidenses, escalonando a guerra comercial e gerando temores de recessão global. Destacam-se os efeitos da balança comercial desproporcional entre os países, em que a China, desde 2018, busca diversificar suas exportações, enquanto para os EUA, mercados fornecedores alternativos ainda são escassos. Em maio de 2025, os países chegaram a um acordo temporário de tarifas mínimas de 30%.

As tarifas impostas pelo governo Trump, denominadas como “Dia da Libertação”, contestam as normas internacionais de comércio, sendo consideradas ilegais pela Corte de Comércio Internacional dos EUA. Além disso, desvelam uma lógica geopolítica mais ampla com negociações de reajustes tarifários em andamento com países historicamente aliados como Coreia do Sul, Japão e Reino Unido. Assim, a relação comercial desigual com a China testará a resiliência econômica dos EUA ao relativo declínio de sua legitimidade na política internacional.



Sudão e Rússia: Cooperação Estratégica no Corredor do Mar Vermelho

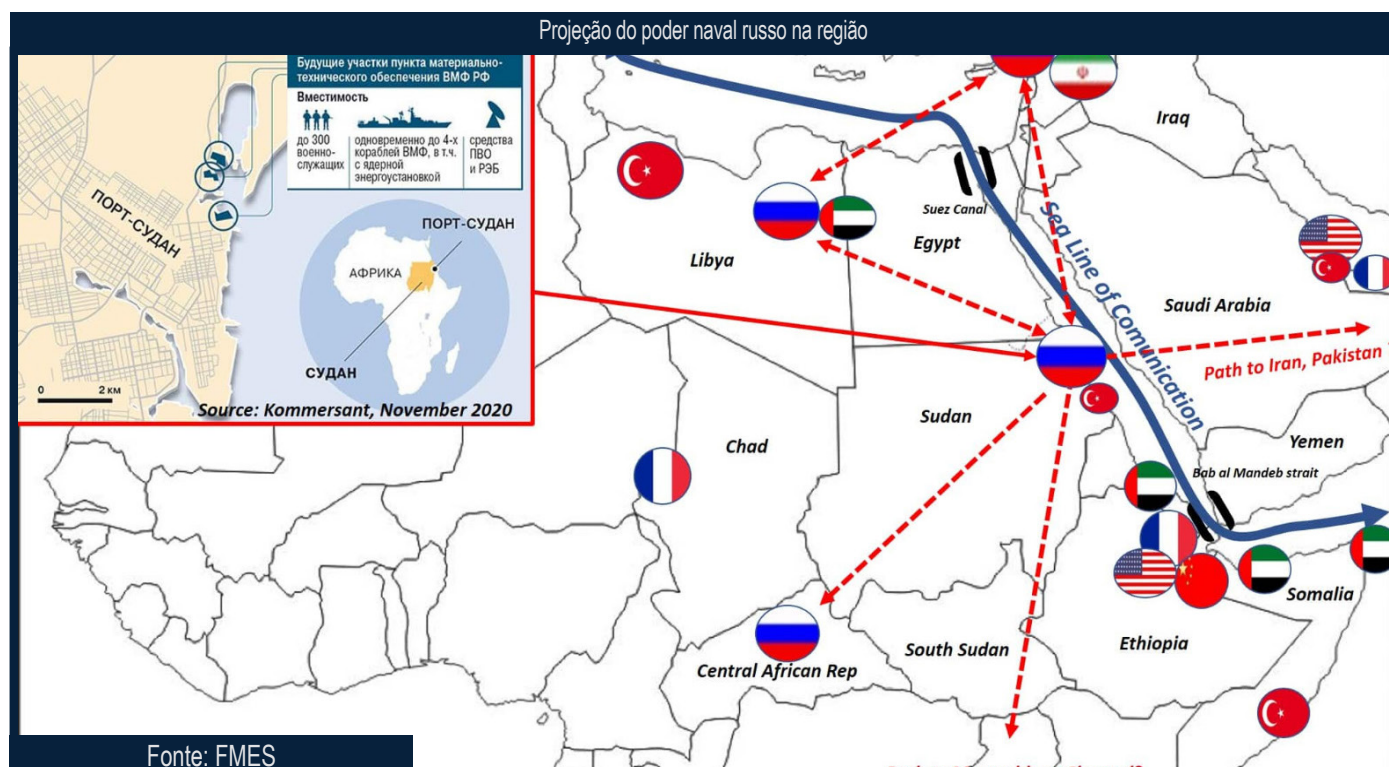
Rafaela Machado

As relações entre Rússia e Sudão passaram por períodos de cooperação e distanciamento desde 1956. Nos anos 1970, um golpe apoiado pela União Soviética levou à suspensão diplomática, mas sob Omar al-Bashir, a parceria se fortaleceu. Em 2017, o Sudão propôs a construção de uma base naval russa em Port Sudan e, em 2020, firmou um acordo que permitia à Rússia atracar até quatro navios de guerra por 25 anos. Contudo, a implementação foi adiada devido a instabilidades políticas internas no Sudão, advindas da deposição de al-Bashir em 2019 e uma guerra civil iniciada em 2023 entre o exército sudanês (SAF) e o grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF). Já em fevereiro de 2025, o ministro das Relações Exteriores do Sudão, em visita a Moscou, anunciou que não havia obstáculos para a construção da base, não havendo necessidade de renegociação do acordo. Diante disso questiona-se como a construção dessa base naval impacta a geopolítica do Mar Vermelho e as relações do Sudão com outras potências globais?

A construção desta base no Mar Vermelho possui implicações estratégicas significativas. O Mar Vermelho é uma via crucial que conecta o Canal de Suez ao Oceano Índico, por onde transita uma parcela substancial do comércio global. A presença russa na região ampliará

sua influência geopolítica, recém afetada pela queda do regime sírio de Bashar al-Assad, pró-Rússia, e pelo fechamento dos estreitos turcos devido ao conflito na Ucrânia, que interrompeu a comunicação entre a frota do Mar Negro e a Força-Tarefa Russa no Mediterrâneo. Dessa forma, Port Sudan surge como alternativa estratégica, garantindo presença naval russa no Mar Vermelho e permitindo projeção de poder no Chifre da África e acesso facilitado ao Oceano Índico. Além disso, a base servirá como um ponto de apoio logístico para operações navais russas, fortalecendo a capacidade de defesa de Moscou.

Recentemente, a segurança em Port Sudan, antes considerada um reduto do governo, foi abalada por ataques com drones atribuídos às RSF, o que passa a comprometer a região. Apesar da instabilidade, Port Sudan continua estratégico: China e Estados Unidos da América já mantêm bases em Djibuti, ao sul, e a entrada da Rússia pode alterar o equilíbrio de poder, ampliando a disputa por influência. Para o Sudão, a aliança com Moscou promete ganhos econômicos e militares — a Rússia forneceu cerca de 87% das armas usadas no conflito — mas também pode atrair escrutínio internacional e comprometer relações com países contrários à expansão russa.



O dilema estratégico da Turquia: entre a autonomia e a dependência internacional

Pedro Vecchia

Nos últimos anos, a Turquia construiu uma imagem de potência regional ambiciosa, sendo capaz de influenciar diretamente as Guerras Civis na Síria e Líbia. Além de ampliar sua presença diplomática e econômica em regiões tão diversas quanto os Bálcãs, a África Subsaariana e o Mar Negro. Atualmente, a Turquia enfrenta uma grande instabilidade interna devido às prisões recentes de prefeitos das maiores cidades do país. Diante de um cenário de multilateralismo global e elevação de desafios internos, uma pergunta se faz necessária: a Turquia ainda consegue manter sua estratégia de equilibrar o jogo entre Ocidente e Rússia sem comprometer sua segurança e influência regional?

No campo diplomático, Ancara tem buscado ampliar seu leque de aliados, evitando amarras exclusivas ao bloco europeu. Essa tentativa de diversificação aparece na solicitação de adesão ao BRICS em setembro de 2024, na reabertura do diálogo com o Egito em 2023 e na atual postura ativa do país em negociações multilaterais. No entanto, ao assumir posições firmes — como o apoio ao Hamas e as críticas a Israel — a Turquia criou uma série de tensões com os parceiros ocidentais, reduzindo sua capacidade de atuar como mediadora confiável. Além disso, o conflito na Ucrânia expôs o limite desse equilíbrio: as tentativas turcas de costurar um acordo de cessar-

-fogo falhou no último mês. Assim, sua diplomacia não conseguiu se impor na resolução do conflito, deixando o país ainda mais isolado.

Na área de defesa, a crescente dependência de Moscou tem se revelado um obstáculo para o recente acordo que Ancara buscou estabelecer com a Ucrânia. A compra dos sistemas russos “S-400” afastou a Turquia do programa estadunidense “F-35”, no qual possuía direito de compra garantido pela OTAN. Além disso, a expansão de investimento em infraestrutura de energia nuclear sob gestão russa mostram que, embora a Turquia tenha feito avanços significativos em sua indústria de defesa, está cada vez mais atada a um parceiro que pode impor restrições e até pressões políticas. Esse arranjo enfraquece a posição turca dentro da OTAN, especialmente num momento em que seu entorno estratégico mostra-se como ponto de tensão constante.

A Turquia vive um dilema entre a ambição legítima de ser protagonista regional, ao mesmo tempo em que afasta aliados tradicionais. O futuro da política externa dependerá de sua capacidade de equilibrar autonomia e dependência. Isso exigirá flexibilidade e prudência para não comprometer o papel que ainda pode desempenhar no tabuleiro global.



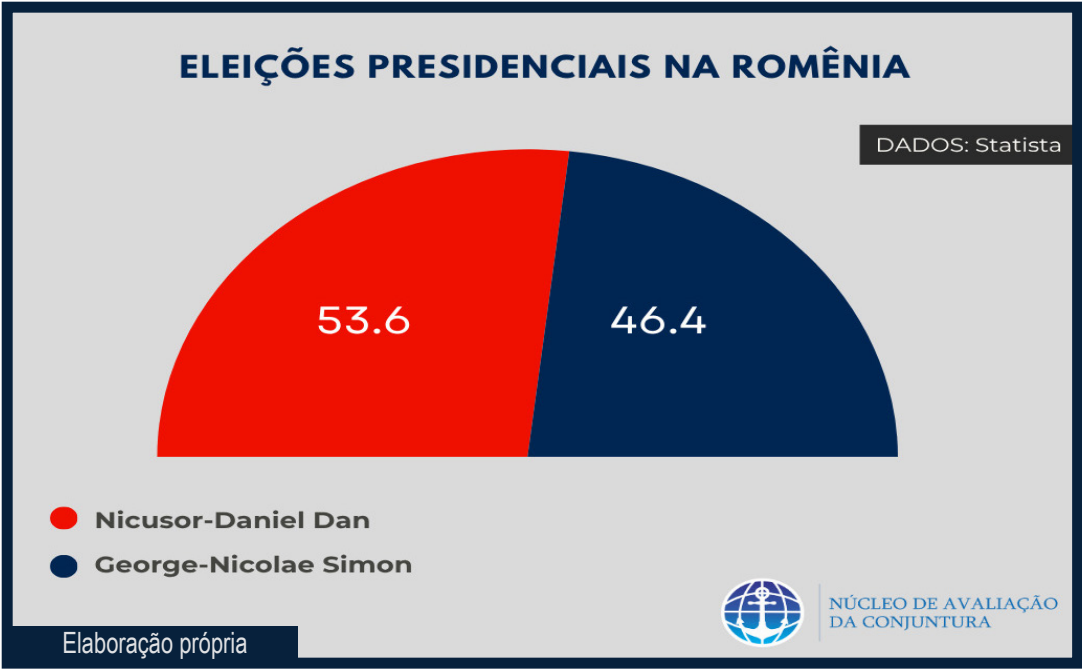
Após a anulação das eleições presidenciais de dezembro de 2024 sob acusações de interferência russa, a Romênia acaba de passar pela eleição mais significativa de sua história recente. Depois do primeiro turno, de um lado estava George Simion, candidato contrário ao auxílio militar à Ucrânia e defensor de uma agenda nacionalista e isolacionista, o qual obteve 40% dos votos. Do outro lado, centrista e pró-União Europeia, Nicusor Dan, com 20% do pleito — e que, surpreendentemente, venceu no segundo turno com 56% dos votos. Diante de tamanha polarização frente a um cenário difícil para a Europa, indaga-se: como a eleição de Nicusor Dan demonstra uma guinada pró-europeia na fronteira leste do bloco?

Grande parte da campanha do então candidato George Simion — que liderava as pesquisas — era baseada na crença de que os cidadãos romenos eram tratados como indivíduos de segunda classe pelas instituições europeias e internacionais. Além disso, o conflito Rússia-Ucrânia, na vizinhança de Bucareste, e o auxílio romeno para Kiev foram pontos de reflexão. O apoio monetário da Romênia para a Ucrânia é avaliado em US\$ 1,27 bilhões — a 19ª maior cifra entre países —, além de medidas logísticas, visto que Bucareste permitiu o escoamento de 30 milhões de toneladas de grãos ucranianos pelo porto

romeno de Constanta, no Mar Negro. Neste sentido, Simion queria que o país fosse compensado por todo o auxílio.

Sob outra perspectiva, Nicusor Dan foi capaz de construir uma campanha eficaz para o segundo turno, baseada em tópicos centrais para o povo romeno: as relações exteriores e de segurança do país. Ao mesmo tempo em que Dan defendeu uma renovação de relações com um novo governo dos Estados Unidos da América, ele também foi a favor da inclusão da Romênia na arquitetura europeia de defesa e coordenação. Nesse ponto, ressaltou a necessidade de aumento do orçamento romeno de Defesa e do auxílio para a adesão da Moldávia à União Europeia (UE) — país vizinho que, em 2024, votou pela adesão à UE por uma maioria de apenas 0,4% ([Boletim 209](#)). Com essas escolhas de tópicos, Dan expôs as preocupações mais latentes da população romena. Afinal, no início de 2025, 87% da população romena já era a favor da UE e da OTAN.

Desse modo, apesar de ter surgido a partir de extrema polarização, a eleição de Nicusor Dan demonstra que a unidade e a independência do continente europeu são tópicos que ainda prevalecem sobre questões internas frente a um governo imprevisível de Donald Trump e a um conflito que perdura na fronteira leste.



Suspensão das sanções ocidentais contra a Síria e sua reintegração ao sistema econômico global*Eduardo El-Hader Fantini*

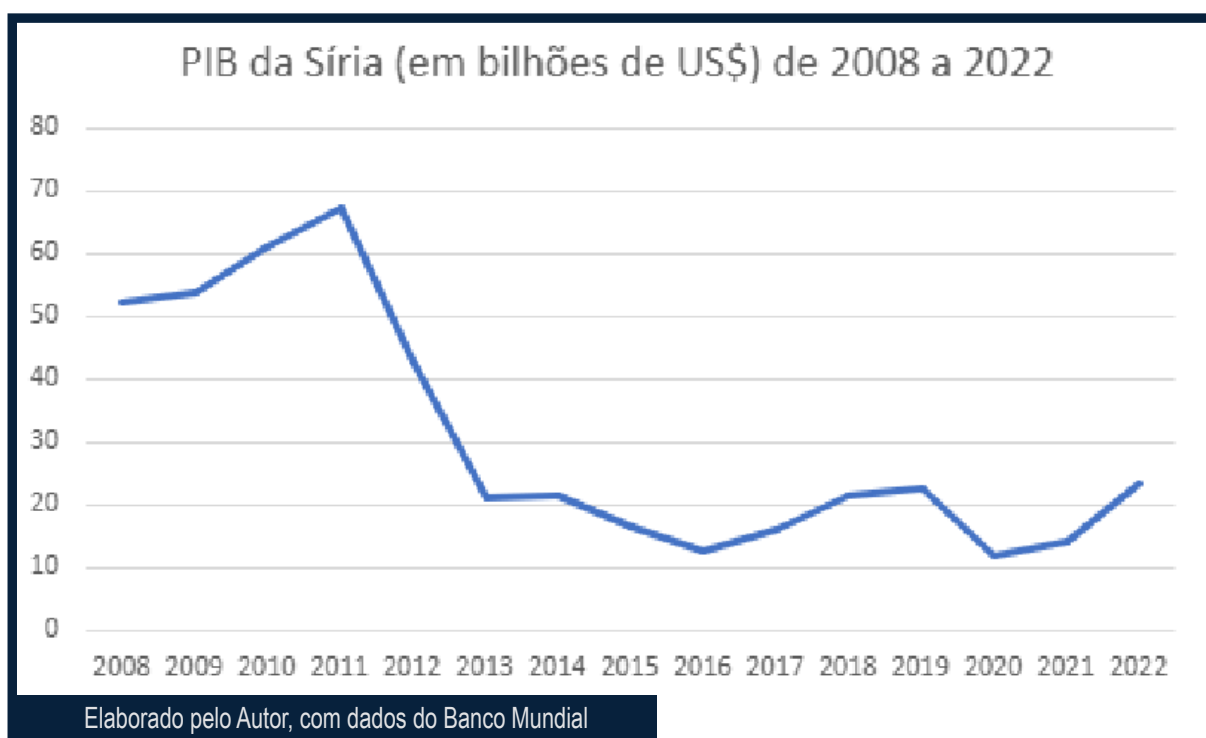
O presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, anunciou a suspensão das sanções econômicas impostas à Síria num encontro com o presidente sírio Ahmed al-Sharaa, realizado em 13 de maio. No mesmo dia, as ruas de Damasco foram tomadas por celebrações, com manifestantes hasteando a nova bandeira adotada desde março pelo governo provisório. Uma semana depois, a União Europeia (UE) também anunciou a suspensão de suas sanções ao país. Tendo em vista tais acontecimentos, é pertinente analisar como as sanções afetaram o país ao longo do tempo e quais são as novas perspectivas geoeconômicas para a Síria.

Em um mundo cada vez mais interdependente, mecanismos econômicos e financeiros, a exemplo das sanções, funcionam como instrumentos dissuasórios e punitivos na política internacional. Com o início do conflito na Síria em 2011, os EUA e a UE impuseram sanções ao país, especialmente contra indivíduos relacionados ao antigo governo de Bashar al-Assad, o setor petrolífero sírio e as exportações e importações do país. Nesse sentido, a Síria, num contexto de conflito interno e de marginalização no sistema econômico global — sofreu impactos significativos em sua economia. As exportações sírias caíram de US\$ 12,1 bilhões em 2010 para US\$ 1,3 bilhões em 2023, de acordo com

dados do Observatório da Complexidade Econômica (OEC, na sigla em inglês). O PIB do país caiu de US\$ 67,5 bilhões em 2011 para US\$ 12,5 bilhões em 2016, segundo o Banco Mundial.

Com a deposição de Bashar al-Assad, cujo governo era visto como autoritário pelo Ocidente, a ascensão de Ahmed al-Sharaa foi bem recebida pelas autoridades estadunidenses e europeias. Nesse contexto, suspenderam-se as medidas. As perspectivas para a Síria incluem uma abertura econômica e a reintegração no sistema econômico global, com expectativa de investimentos ocidentais e do Golfo Pérsico — especialmente após Arábia Saudita e o Catar pagarem as dívidas sírias com o Banco Mundial.

Portanto, as perspectivas geoeconômicas para a Síria dependem do comprometimento do novo governo na reconstrução do país e na manutenção da estabilidade, evitando tensões internas e aproveitando as oportunidades fornecidas pela reinserção no sistema econômico internacional. A suspensão das sanções representa uma mudança nas dinâmicas de poder no Oriente Médio, com a aproximação da Síria ao bloco ocidental e de países do Golfo, antes vistos com hostilidade pelo regime de Assad.



As tensões entre a Hungria e a Ucrânia

Pedro Martins

Em maio de 2025, o governo húngaro acusou publicamente o governo ucraniano de espionagem em solo húngaro com o objetivo de “minar o processo democrático” do país. Enquanto isso, o governo ucraniano alegou que o seu serviço de inteligência havia desmantelado uma rede de inteligência húngara que operava no *oblast* ucraniano de Zaparkatia. Essa recente troca de acusações é apenas mais um episódio nas tensões bilaterais pré-existentes, incluindo o atual conflito russo-ucraniano. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar os elementos que compõem essa crise bilateral.

As tensões bilaterais entre Budapeste e Kiev começaram ainda em 2017, quando o governo ucraniano aprovou uma lei que proibia o ensino de outras línguas que não o ucraniano nas escolas. Embora essa medida tivesse como propósito estimular o uso do idioma ucraniano e enfraquecer a influência — incluindo linguística — da Rússia em solo ucraniano, isso também afetou a comunidade húngara, estimada em 150 mil pessoas, que vivem no oeste da Ucrânia. Como reação, o governo húngaro ameaçou bloquear o processo de adesão da Ucrânia à União Europeia (UE).

Essas tensões intensificaram-se ainda mais desde o início do conflito russo-ucraniano, motivadas por fatores geopolíticos e econômicos. Geopoliticamente, o atual governo húngaro manteve relações de proximidade com Moscou, levando Budapeste a adotar uma postura crítica em relação ao apoio da UE ao esforço de guerra ucraniano. Essa postura traduziu-se em um bloqueio a um pacote de ajuda à Ucrânia estimado em US\$ 57 bilhões em 2023. Ademais, o governo húngaro critica a adesão da Ucrânia à UE, argumentando que seria um “suicídio econômico” para o bloco e um prejuízo relevante para os fazendeiros húngaros, os quais veem a Ucrânia como competidora. Além disso, defende que o dinheiro dos contribuintes húngaros não deve ser utilizado em projetos contrários ao interesse nacional.

Assim, as tensões bilaterais entre Hungria e Ucrânia têm como componentes elementos de grande complexidade. Primeiro, a questão demográfica e os direitos da minoria húngara que habitam o oeste da Ucrânia. Segundo, fatores geopolíticos e econômicos, que colocam os dois países em posições opostas tanto em relação ao esforço de guerra quanto à proposta de adesão ucraniana à UE.

DOI 10.21544/2446-7014.n214 p12.

LESTE ASIÁTICO

A crise política em Taiwan e suas implicações geopolíticas na Ásia-Pacífico

Júlia Fróes

Taiwan se vê imersa em uma intensa batalha política marcada pela tentativa do partido *Kuomintang* (KMT) de destituir o líder taiwanês, William Lai Ching-te, por meio de uma moção de *recall* — revogação do mandato político pelo povo. Esse movimento ocorre em um contexto de crescente polarização política e tensões geopolíticas na região. A situação é complexa, pois o KMT, tradicionalmente favorável a Pequim, enfrenta os desafios de um ambiente onde a identidade taiwanesa se fortalece, especialmente desde a ascensão do Partido Progressista Democrático (DPP, na sigla em inglês) em 2016. Apesar da crescente insatisfação popular com o DPP, as pesquisas indicam que a população rejeita os esforços de *recall* promovidos pela oposição. Nesse ponto, a política interna da ilha tornou-se um campo de disputa não só entre partidos, mas também entre visões opostas sobre a identidade nacional e o relacionamento

com a China. Diante desse cenário, quais seriam as implicações da crise política em Taiwan para a sua estabilidade interna e para as dinâmicas de poder na Ásia-Pacífico?

A percepção de que a administração de Lai está consolidando poder de maneira autoritária provoca reações adversas da oposição e de observadores internacionais. A acusação de que o líder estaria utilizando o sistema judiciário para silenciar a oposição é comprometedora, podendo afetar a legitimidade do governo e a confiança pública nas instituições democráticas. Vale ressaltar que essa dinâmica interna é crucial, pois a estabilidade política em Taiwan é um fator determinante na segurança regional, especialmente quando a China considera a ilha parte de seu território e não hesita em demonstrar sua disposição militar para reafirmar esse posicionamento.

A crise política em Taiwan tem repercussões

significativas para a estratégia dos Estados Unidos da América (EUA) na região. Tal instabilidade pode ser percebida como uma oportunidade para Pequim aumentar a pressão sobre a ilha e desestabilizar potencialmente a ordem regional. A resposta dos EUA, que inclui apoio militar e diplomático, é uma tentativa de contrabalançar a influência chinesa. No entanto, também pode ser interpretada como uma forma de intensificar as tensões, levando a um ciclo de provocação e resposta.

O desafio taiwanês, portanto, não é apenas uma questão interna, mas um elemento central nas dinâmicas de poder

da Ásia-Pacífico, exigindo uma análise cuidadosa das interações entre política interna e geopolítica. A capacidade do KMT de se reinventar e oferecer uma alternativa viável ao DPP será crucial para sua relevância futura e para a manutenção da estabilidade em Taiwan. A forma como os atores políticos lidam com essa crise pode moldar não apenas o futuro da democracia na ilha, mas também as relações de poder na região, onde a rivalidade entre os EUA e a China continua a intensificar-se.

DOI 10.21544/2446-7014.n214.p12-p13

SUL DA ÁSIA

A evolução da visão estratégica indiana: MAHASAGAR e as Ilhas Maurício

Maria Fernanda Császár

A Security and Growth for All in the Region (SAGAR) é o princípio norteador da Índia para o Indo-Pacífico. Inaugurada em 2015, durante a visita do primeiro-ministro Narendra Modi às Ilhas Maurício, essa filosofia orientou a atuação indiana na região do Oceano Índico (IOR, na sigla em inglês), cujo principal objetivo é tornar-se um “*net security provider*”. Em 2025, Modi elevou o conceito para Mutual and Holistic Advancement for Security and Growth Across Regions (MAHASAGAR). Nesse sentido, deve-se analisar em que medida a reformulação da estratégia indiana impacta a IOR e como as Ilhas Maurício se relacionam nessa conjuntura.

Historicamente, Índia e França — esta, por meio de seus territórios ultramarinos — são os principais atores no Oceano Índico. No entanto, com o aumento da dependência das rotas marítimas de comunicação e os ataques houthis no Mar Vermelho, outras potências como a Arábia Saudita, os Estados Unidos da América, a China e o Japão têm intensificado a presença na região, especialmente no Oceano Índico Ocidental. Para Nova Delhi, a expansão chinesa é especialmente preocupante em função dos investimentos chineses em infraestrutura e missões de exploração hidrográficas na região.

Nesse cenário de escalada geopolítica, os Estados insulares tornam-se atores-chave nas dinâmicas regionais em função de suas extensas Zonas Econômicas Exclusivas e localização estratégica para navegação, caracterizando-se como pontos de apoio para embarcações civis e militares.

Apesar do elevado grau de dependência econômica e militar, nações insulares mantêm autonomia política e diplomática para decidir quais parceiros podem ou não ampliar a presença em seus territórios.

Em vista disso, as Ilhas Maurício são um importante parceiro para a Índia. As nações compartilham não apenas laços políticos e culturais, como também possuem acordos para cooperação financeira e militar. Essas relações foram elevadas ao patamar de *Enhanced Strategic Partnership* em março de 2025, por meio de acordos econômicos, tecnológicos e de segurança marítima. Essa aproximação torna-se ainda mais relevante após o enfraquecimento dos laços entre Nova Delhi e as Maldivas, em 2024, com a retirada das tropas indianas do território insular, o que reduziu seu raio de influência na região.

A transição do SAGAR para o MAHASAGAR representa mais do que uma simples mudança discursiva: trata-se de uma reformulação estratégica em resposta à crescente complexidade da geopolítica no Oceano Índico. Diante da crescente competição na IOR, é fundamental que a Índia fortaleça seus relacionamentos em toda a região, evitando que áreas geoestratégicas se tornem parte da esfera de influência de potências extrarregionais como a China. Embora Nova Delhi continue como principal provedora de segurança, a crescente presença de atores internacionais pode fragilizar laços previamente consolidados.

DOI 10.21544/2446-7014.n214.p13

No início de maio de 2025, o governo interino de Bangladesh decidiu banir o partido Liga Awami (AL, na sigla em inglês), um dos mais tradicionais do país e que, desde 2009, é liderado pela ex-primeira ministra Sheikh Hasina, deposta em agosto de 2024. Essa medida aprofunda ainda mais a instabilidade no cenário político do Estado, localizado no subcontinente asiático, que vem passando por grandes turbulências com a reativação das tensões entre Índia e Paquistão ([Boletim 213](#)). Diante do panorama atual, cabe o questionamento: de que maneira a proibição do AL afeta a conjuntura interna de Bangladesh e quais são suas repercussões externas?

O início dos conflitos deu-se com as repressões às manifestações de estudantes contrários ao restabelecimento da Lei de Cotas. A legislação definia que 30% dos cargos públicos deveriam ser destinados aos familiares das pessoas que lutaram na guerra de independência do país, sendo retomada pelo Supremo Tribunal de Bangladesh após uma anulação em 2018. Os manifestantes foram duramente reprimidos, levando à morte de 300 pessoas e uma enorme pressão sobre a primeira-ministra Sheikh Hasina, que já estava há 15 anos no poder, fazendo-a renunciar e deixar o país ([Boletim 207](#)). Para assumir o controle de Bangladesh, foi instaurado um governo interino liderado por Muhammad Yunus, ganhador do Nobel da Paz em 2006 e crítico declarado de Hasina e das políticas do AL.

Recentemente, o governo interino baniu o AL até o fim das investigações, acusando o partido de crimes

contra a humanidade e de genocídio. A medida provocou fortes reações internas e externas: no âmbito doméstico, o AL rejeitou a decisão e manteve suas atividades políticas, classificando o governo de Yunus como “fascista” e prometendo lutar contra o que considera um golpe autoritário. Líderes regionais do partido organizaram comícios e atos de resistência, denunciando a criminalização da oposição. Externamente, a decisão teve forte repercussão, especialmente na Índia, onde Sheikh Hasina se encontra exilada desde sua renúncia. Randhir Jaiswal, ministro das Relações Exteriores indianas, declarou que a proibição é um lapso na democracia. O principal temor é que a exclusão do AL permita a ascensão hegemônica do Partido Nacionalista de extrema-direita, aumentando a polarização no país e fragilizando a democracia em Bangladesh. Diante da crescente pressão popular, Yunus chegou a ameaçar renunciar ao cargo, temendo uma escalada da crise de legitimidade do governo interino.

Em suma, o banimento do AL acentua a crise sobre a política interna de Bangladesh e seus possíveis desdobramentos. A intensificação da polarização política pode desencadear uma nova onda de protestos e instabilidade institucional, com impactos relevantes para a governabilidade e para a segurança regional. Desse modo, é primordial acompanhar atentamente a evolução do cenário político bangladês para compreender os efeitos dentro do país e da região como um todo.

DOI 10.21544/2446-7014.n214.p14

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Bandeiras na areia: a geopolítica das Filipinas entre China e EUA

Gabriela Veloso

Em tempos de rivalidade comercial intensificada entre Estados Unidos da América (EUA) e China, é fundamental observar as repercussões locais desta disputa. A região da Ásia-Pacífico já faz parte do tabuleiro de disputas destas potências há anos, mas com as novas tensões um ator regional merece especial atenção: as Filipinas. Desse modo, como as Filipinas vêm ajustando sua política externa diante do aumento da competição sino-estadunidense na região?

A política externa das Filipinas tem oscilado entre a aproximação com os EUA e com a China desde 2016.

Ao se tornar presidente em 2022, Ferdinand Marcos Jr. “Bongbong”, foi percebido como um candidato pró-Pequim, que manteria as visões de política externa de seu antecessor, Rodrigo Duterte. Durante a maior parte do mandato de Duterte, houve uma “guinada para a China”, com o objetivo de estreitar relações com o país e, ao mesmo tempo, enfraquecer a aliança com Washington. Apesar da percepção, desde que assumiu o cargo, Bongbong tem reavivado as relações com estadunidenses. Ele reabilitou o Enhanced Defense Cooperation Agreement (EDCA, na sigla em inglês),

permitindo o acesso dos militares dos EUA ao território filipino, incluindo nas províncias de Cagayan e Palawan. Essa mudança de política foi impulsionada, em parte, pela agressão marítima chinesa no Mar do Sul da China (MSC).

Esse antagonismo entre as duas potências traduz-se, no plano nacional, em debates sobre autonomia estratégica, disputas entre elites políticas e alterações na política externa. No nível local, a rivalidade ganha contornos concretos em províncias como Cagayan e Palawan, que sediam sítios do EDCA e se tornaram pontos de fricção geopolítica. A influência das grandes potências alcança o governo local, com benefícios econômicos, diplomáticos e militares funcionando como incentivos para os líderes regionais. No entanto, nem a abordagem de Duterte, nem a de Bongbong conquistaram avanços na resolução do conflito do MSC. As Filipinas e a China apresentam versões

contraditórias dos confrontos, como em *Scarborough Shoal* e o *Second Thomas Shoal*. A China reivindica soberania sobre quase todo o MSC, sendo acusada de movimentos “agressivos e inseguros”. A tensão mais recente se deu no *Sandy Cay*, um recife que foi palco de uma “batalha simbólica por bandeiras”.

Membros da guarda costeira chinesa posaram com a bandeira chinesa no *Sandy Cay*, afirmando “soberania indisputável” sobre o recife. Duas semanas depois, unidades da Marinha, guarda costeira e polícia filipinas realizaram uma contra-ofensiva simbólica, hasteando a bandeira das Filipinas em três ilhotas que fazem parte do recife. O caso filipino ilustra os dilemas de potências médias diante de uma ordem multipolar em disputa e da escalada de conflitos em zona tampão na região.



DOI 10.21544/2446-7014.n214.p14-p15

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Anúncio da sexta estação antártica chinesa: o crescimento acelerado no continente

Gabriele Hernandez

O Secretariado do Tratado da Antártica recebeu, em fevereiro deste ano, um documento detalhando os planos chineses para a construção de uma nova estação antártica. A proposta foi enviada um ano após o país

inaugurar sua quinta estação de pesquisa no continente austral, e dá continuidade ao projeto de ampliação chinesa nos polos. Para a comunidade antártica internacional, a grande surpresa foi a rapidez no anúncio

de duas construções tão próximas temporalmente, algo raro na geopolítica antártica atual.

Após a queda da última dinastia imperial chinesa em 1911, as primeiras publicações nacionais sobre Antártica começaram a aparecer timidamente nas editoras, mas foi somente com o fim da Primeira Guerra Mundial e a revolução do Partido Comunista Chinês de 1949 que o tema entrou na agenda governamental. A inserção chinesa nas negociações internacionais ocorreria apenas a partir de 1971, quando a ONU reconheceu a República Popular Chinesa como a única representante da China e o governo anterior teve seu poder reduzido ao território taiwanês. Seis anos depois, com a morte do Presidente Mao Tse-Tung e o fim da Revolução Cultural, foi permitido que o país iniciasse seus projetos no Ártico e na Antártica. Na década de 1980, a China tornou-se signatária do Tratado da Antártica e construiu as estações Grande Muralha (1985) e Zhongshan (1989).

A próxima fase de desenvolvimento antártico chinês tem início nos anos 2000, quando o desenvolvimento de sua marinha é tomado como prioridade nos documentos de Defesa e a ideia de economia do mar passa a figurar nos planos quinquenais. Com o aumento dos investimentos e

a diplomacia antártica sendo usada positivamente para marcar boas relações com países opositores, a China constrói outras três estações: Kunlun (2009), Taishan (2014) e Qinling (2024). Com isso, a China posiciona-se apenas atrás de Chile e Argentina em número de instalações antárticas, empatando com a Rússia — um crescimento notável que evidencia a prioridade do continente na política externa chinesa. Nesse contexto, em 2017, o país publicou o documento intitulado “Atividades Chinesas na Antártica”, onde descreve os compromissos, ações e políticas de cooperação no continente.

Apesar de o discurso oficial enfatizar a cooperação e o respeito ao Tratado da Antártica, reforçado pela defesa da lógica *win-win*, os avanços acelerados da China têm gerado desconfiança na comunidade internacional. A diplomacia antártica chinesa busca cooperação, mas seu maior desafio é contornar a crescente percepção de que o país estaria instrumentalizando a ciência e a presença física na região para fins estratégicos, distanciando-se dos objetivos cooperativos e alimentando temores sobre uma atuação mais assertiva — ou até agressiva — no continente.



CIJ, Ruanda e o M23: Os limites da responsabilização internacional pelo apoio a grupos armados

Gabriel Mendes

O conflito na República Democrática do Congo (RDC) é um grande obstáculo para o desenvolvimento e estabilidade da região. Sobretudo na província de Kivu, ele é agravado devido a diversos grupos armados não-estatais, apoiados aberta ou clandestinamente por atores estrangeiros. Um destes grupos, o Movimento 23 de Março (M23), que recebe apoio de Ruanda, deflagrou no início de 2025 uma nova ofensiva, culminando com a tomada de Goma, capital regional de importância estratégica. Trata-se de uma violação grave do Direito Internacional (DI), que certamente será objeto de análise nos tribunais internacionais. Assim, questiona-se: quais são os precedentes da jurisprudência internacional acerca da responsabilização de um Estado que patrocina grupos paramilitares no território de outro Estado soberano.

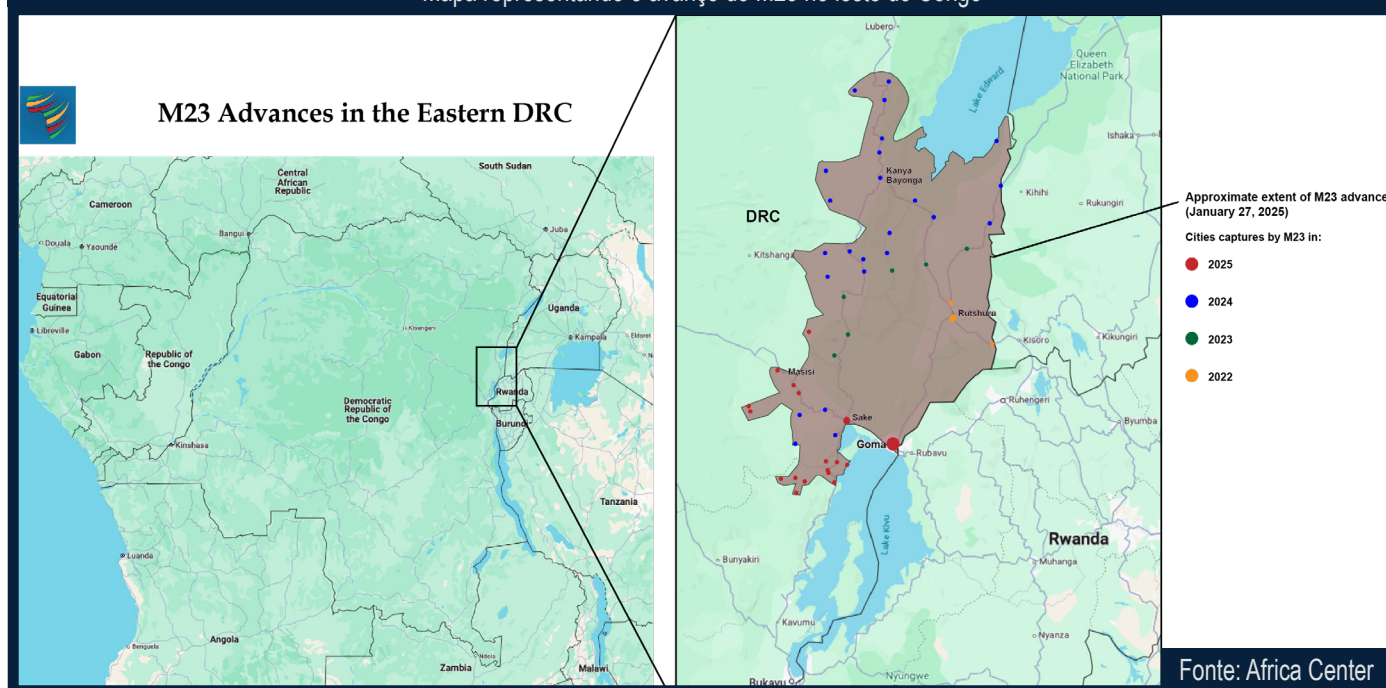
A Corte Internacional de Justiça (CIJ) já tratou do tema em diversas ocasiões, consolidando extensiva jurisprudência. No caso mais recente, “*Democratic Republic of the Congo v. Uganda*”, foram analisados delitos praticados pela Uganda ao longo da Primeira Guerra do Congo, na qual ocupou parte do território congolês. Uganda somente foi responsabilizada pelos crimes praticados por grupos armados nas áreas que ocupava diretamente, uma vez que tinha o dever de manter a paz na região sob seu controle. Entretanto, não foi considerada responsável pelos atos praticados no restante do território

da RDC, por não ter sido comprovado o controle direto sobre os grupos armados em questão. Apesar disso, a Corte reconheceu que “ao estender apoio ativamente a forças irregulares que operavam no território da RDC, foi violado o princípio do não-uso da força nas relações internacionais e o princípio de não-intervenção”.

A jurisprudência internacional estabelece critérios para determinar a responsabilidade de um Estado sobre as ações de grupos rebeldes. No caso “*Nicaragua v. United States of America*”, que trata, entre outros temas, do apoio estadunidense aos rebeldes opositores do regime nicaraguense conhecidos como Contras, determinou-se que o Estado-patrocinador precisa ter controle efetivo das operações do grupo rebelde para ser responsável pelas suas ações. Assim sendo, mesmo que os EUA tenha treinado e equipado a força, ele não teria comando direto de suas operações, não sendo responsável pelas violações desta. Todavia, tal apoio foi considerado uma violação do DI por si só.

Assim sendo, é possível que, futuramente, Ruanda venha a ser responsabilizada pelos atos do M23. Primeiramente, podem ser responsabilizados por ter treinado, organizado e equipado os rebeldes, mas também por eventuais violações praticadas pelo grupo, desde que seja comprovado o controle efetivo de Ruanda.

Mapa representando o avanço do M23 no leste do Congo



- ▶ [The Future of American Soft Power](#)
PROJECT SYNDICATE, Joseph S. Nye Jr.
- ▶ [The wrong time for a collective defence pact in Asia](#)
THE INTERPRETER, Bec Strating
- ▶ [China. Visión y perspectiva de la Región Ártica](#)
GOVERNO DA ESPANHA, José Miguel Pardo Delgado
- ▶ [Germany Acts](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [The Contradictory Impacts of Western Sanctions on Economic Relations between Russia and Sub-Saharan Africa](#)
INSTITUTO FRANCÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Thierry Vircoulon

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Rafaela Machado

JUNHO

Principais eventos de 01 até 31

01-30  ALBÂNIA EXERCÍCIO "DEFENDER EUROPE 25" DA OTAN	03  ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ELEIÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU	03-05  BRASIL FÓRUM PARLAMENTAR DO BRICS	09-13  FRANÇA CONFERÊNCIA DOS OCEANOS DA ONU
15-17  CANADÁ CÚPULA DOS LÍDERES DO G7	23-03*  ITÁLIA REUNIÃO CONSULTIVA DO TRATADO ANTÁRTICO	24-25  PAÍSES BAIXOS CÚPULA DA OTAN	26-27  BÉLGICA CÚPULA DO CONSELHO EUROPEU

*de julho

Desafios à Paz Total na Colômbia contemporânea

SAUMETH, Erich. [El presidente Gustavo Petro anuncia el rearme de las Fuerzas Militares colombianas](#). Infodefensa, 05 maio 2025. Acesso em: 07 de maio 2025.

PANNELL, Alfie. [USAID suspension shuts Colombia programs, endangering FARC peace deal](#). Reuters, 18 mar. 2025. Acesso em: 08 de maio 2025.

Os desafios estratégicos da revitalização naval para a indústria dos Estados Unidos da América

[Bipartisan Bill Reintroduced to Enhance U.S. Shipbuilding, Maritime Sector, National Security](#). Holland & Knight, 01 maio 2025. Acesso em: 08 maio 2025.

BERGER, Paul. [Lawmakers Echo Trump's Aims With Bill to Revive U.S. Shipbuilding](#). The Wall Steet Journal, 30 abr. 2025. Acesso em: 08 de maio 2025.

Comércio, tarifas e tensões: o novo escalonamento da guerra comercial entre Estados Unidos e China

[Trump tariffs: Visualising new US trade restrictions](#). World Economic Forum, 10 abr. 2025. Acesso em: 12 abr. 2025.

ESTADOS UNIDOS. [Fact Sheet: President Donald J. Trump Declares National Emergency to Increase our Competitive Edge, Protect our Sovereignty, and Strengthen our National and Economic Security](#). The White House, 02 abr. 2025. Acesso em: 02 abr. 2025.

Sudão e Rússia em parceria estratégica no corredor do Mar Vermelho

[Sudan says plan for first Russian naval base in Africa will go ahead](#). The Guardian, 13 fev. 2025. Acesso em: 28 mar. 2025.

[Sudanese Foreign Minister: No Obstacles for Russian Base in Port Sudan](#). The Maritime Executive, 16 fev. 2025. Acesso em: 28 mar. 2025

['No obstacles' to Russian Red Sea base - Sudan](#). BBC, 13 fev. 2025. Acesso em: 28 mar. 2025

O dilema estratégico da Turquia: entre a autonomia e a dependência internacional

[Turkey's Foreign Policy Ambitions Meet Reality](#). Carnegie, 12 set. 2024. Acesso em: 30 maio 2025.

[Turkey's Middle-Power Dilemma](#). Foreign Affairs, 15 maio 2025. Acesso em: 31 maio 2025.

Eleições presidenciais na Romênia: a predominância de interesses pró-Europa

[Presidential election second-round results in Romania on May 18, 2025](#). Statista, 19 maio 2025. Acesso em: 30 maio 2025.

[INSCOP survey: Romanians support pro-EU and NATO orientation](#). Romania Libera, 22 jan. 2025. Acesso em: 30 maio. 2025.

Suspensão das sanções ocidentais contra a Síria e sua reintegração ao sistema econômico

[EU agrees to lift economic sanctions on Syria, Kallas says](#). Reuters, 20 maio. 2025. Acesso em: 24 maio 2025.

[US lifts first sanctions on Syria following Trump's surprise announcement](#). Al Jazeera, 23 maio 2025. Acesso em: 24 maio 2025.

As tensões entre a Hungria e a Ucrânia

[Hungary accuses Ukraine of 'information operations,' signals continued obstruction of EU accession](#). The Kyiv Independent, 27 maio 2025. Acesso em: 30 maio 2025.

[What has Hungary's Orban got against Ukraine?](#) BBC News, 15 dez. 2025. Acesso em: 30 maio 2025.

A Crise Política em Taiwan e suas Implicações Geopolíticas na Ásia-Pacífico

BOON, Hoo Tiang; SWORN, Hannah Elyse. Strategic ambiguity and the Trumpian approach to China–Taiwan relations. *International Affairs*, Londres, v. 96, n. 6, p. 1487-1508, nov. 2020.

YE, Xiaodi. [A Typology Analysis of US Strategic Intervention to the Taiwan Question in the US–China Competition Era](#). *Journal of Asian and African Studies*, 2024. Acesso em: 09 maio 2025.

A evolução da visão estratégica indiana: MAHASAGAR e as Ilhas Maurício

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA ÍNDIA. [Transcript of Special Briefing by MEA on Prime Minister's State Visit to Mauritius – March 12, 2025](#). Governo da Índia, 2025. Acesso em: 10 maio 2025.

ORF. [Sagar to Mahasagar: India reinforces its role in the Indian Ocean](#). Observer Research Foundation, 2025. Acesso em: 10 maio 2025.

O Banimento do Awami League e seus impactos na Política de Bangladesh

HUSSAIN, M. [Why did Bangladesh's Interim Advisor Yunus Threaten to Resign?](#) The Diplomat, 17 maio 2025. Acesso em: 31 maio 2025.

TIMES OF INDIA. [India expresses concern over ban on Awami League, Dhaka responds](#). Times of India, 18 maio 2025. Acesso em: 31 maio 2025.

Bandeiras na Areia: A Geopolítica das Filipinas entre China e EUA

SOUTH CHINA MORNING POST. [Philippines confronts Chinese ships' unlawful activities amid South China Sea tensions](#). South China Morning Post, 05 maio 2025. Acesso em: 10 maio 2025.

BELTRAN, Sam. [US or China? Two Philippine provinces show local face of global power struggle](#). South China Morning Post, 21 abr. 2025. Acesso em: 10 maio. 2025.

Anúncio da sexta estação antártica chinesa: o crescimento acelerado no continente

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Zhōngguó de nánjī shìyè. *State Oceanic Affairs*, maio 2017.

GIBSON, Jano. [China lodges plans for new Antarctic station at Marie Byrd Land but says no 'geopolitical motive' behind expansion](#). ABC News, 02 mar. 2025. Acesso em: 10 maio. 2025.

CIJ, Ruanda e o M23: Os limites da responsabilização internacional pelo apoio a grupos armados

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. [Violence in the Democratic Republic of Congo](#). Global Conflict Tracker. 11 fev. 2025. Acesso em: 02 mar. 2025.

Democratic Republic of the Congo v. Uganda. *Corte Internacional de Justiça*. Acesso em: 02 mar. 2025.

ICJ: Democratic Republic of the Congo v. Uganda – Armed Activities on the Territory of the Congo. *International Committee of the Red Cross*. Acesso em: 02 mar. 2025.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

Os valores em moeda expressos neste Boletim estão padronizados em Dólar Estadunidense, utilizando a conversão do Banco Central do Brasil.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Kaike Mota

► ALTO RISCO:

•HAITI - Conflitos internos: [Haiti gangs' US terrorism designation risks harming most vulnerable, NGOs warn](#). **Reuters**, 08 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

•IÊMEN - Crise estrutural e regional: [IDF intercepts Houthi missile from Yemen](#) **The Jerusalem Post**, 01 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•ÍNDIA E PAQUISTÃO - Crise sociopolítica: [India, Pakistan generals exchange warnings amid tensions at Shangri-La Dialogue as CDS Chauhan cites 'red line'](#). **Hindustan Times**, 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•IRÃ - Instabilidade regional: [UN, Iran and Egypt meet in Cairo to discuss Iran's nuclear program](#) **AP News**, 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•ISRAEL - Conflito regional: [Israel kills 32 Palestinians waiting for food at US-backed Gaza aid sites | Israel-Palestine conflict News](#) **Al Jazeera**, 01 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•LÍBANO - Crise estrutural: [South Lebanon votes in municipal elections that will test support for Hezbollah](#) | **AP News**, 24 maio 2025. Acesso em: 02 jun.2025

•MAR VERMELHO - Ataque a embarcações: [No deals with carriers, say Houthis – Red Sea safe for non Israel-affiliated ships](#) **The Loadstar** 30 maio 2025. Acesso em: 02 jun.2025

•MIANMAR - Conflito interno: [Myanmar Junta Extends Ceasefire Again After Quake](#) . **The Defense Post**, 01 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [DRC: M23 kill, torture and hold civilians hostage at detention sites – new investigation](#) . **Amnesty International**, 27 maio 2025. Acesso em: 02 jun 2025.

•RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukraine drones strike bombers during major attack in Russia](#) **BBC News**, 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun.2025

•SÍRIA - Crise regional: [Islamic State group claims first attack on new Syria forces since fall of Assad regime](#) **France 24**, 29 maio 2025. Acesso em: 02 jun.2025

•SOMÁLIA - Crise estrutural: [Somali families devastated as child hunger worsens amid aid cuts](#). **Africanews**, 27 jun 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•SUDÃO - Conflito interno: [Sudan's new PM dissolves government one day after taking office](#) . **African News**, 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•VENEZUELA - Crise sociopolítica: [UNHCR Venezuela Operational Update May 2025 - Venezuela \(Bolivarian Republic of\)](#). **Relief Web**, 07 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

► MÉDIO RISCO:

•BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Burkina Faso army, militias killed 130 members of ethnic group, HRW says](#). **Al Jazeera**, 12 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

•GUIANA E VENEZUELA - Disputa regional: [Guyana highlights Venezuela's claims and acts of aggression at UN Human Rights Periodic Review; Venezuela objects](#). **NewsSource Guyana**, 07 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

•GUINÉ - Crise sociopolítica: [Guinea's peaceful return to civilian rule is threatened](#). **Premium Times Nigeria**, 29 maio 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•IRAQUE - Crise regional: [Is Iraq ready to stand alone against extremist threats if US withdrawal goes ahead?](#) **Arab News**, 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun.2025

•MALI - Crise sociopolítica: [Al-Qaeda linked group says it carried out huge attack on Mali's army](#). **BBC**, 02 jun 2025. Acesso em: 02 jun 2025.

•MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [China's navy conducts combat patrols near disputed South China Sea shoal](#). **AlJazeera**, 31 maio 2025. Acesso em: 02 jun 2025.

•MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Jihadist attacks hit Mozambique as Total readies to resume gas project](#). **France 24**, 29 maio 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•NÍGER - Crise sociopolítica: [Niger Republic Junta Detains Three Journalists After Reporting Rift With Russia, Turkey](#). **Sahara Reporters**, 11 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

•NIGÉRIA - Instabilidade interna **MUDANÇA DE NÍVEL**: [Resurgent jihadist violence in northeast Nigeria part of a worrying regional trend](#). **The New Humanitarian**. 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Monitoring in motion for migrants in the Darien Gap](#). **OHCHR**, 08 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

► EM MONITORAMENTO:

•AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Afghans face deepening humanitarian crisis on return home](#). **AlJazeera**, 23 maio 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Armenia reiterates readiness to sign Azerbaijan peace deal - ARMENPRESS Armenian News Agency Armen Press](#), 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun.2025

•BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Bangladesh opens trial of deposed ex-Prime Minister Sheikh Hasina](#). **AP News**, 01 jun. 2025. Acesso em: 01 jun. 2025.

•BELARUS - Instabilidade regional: [Russia's presence in Belarus' airspace is growing](#). **Belsat**, 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun.2025

•COLÔMBIA - Instabilidade sociopolítica: [La negociación con los exparamilitares enfrenta a Petro con su comisionado de paz](#). **El País**, 12 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

•EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [El Salvador - Postconflict, Economy, Politics | Britannica](#). **Britannica**, 08 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

•EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Ecuador declares national mourning for 11 troops killed by guerrillas](#). **RFI**, 10 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

•ETIÓPIA - Instabilidade interna: [What a massacre reveals about Abiy Ahmed's Ethiopia](#). **The Economist**. 29 maio 2025. Acesso em: 02 jun 2025.

•NICARÁGUA - Instabilidade sociopolítica: [Nicarágua deixa Unesco após prêmio a jornal de oposição](#). **DW**, 05 maio 2025. Acesso em: 12 maio 2025.

•PENÍNSULA COREANA - Crise regional: [N. Korea completes renovation of Tumen River railway station linked to Russia](#). **The Korea Times**, 29 maio 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•SENEGAL - Instabilidade sociopolítica: [Senegal indicts fifth former minister amid intensifying anti-corruption campaign](#). **Africanews**, 27 mai. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•SUDÃO DO SUL - Instabilidade regional: [Is Sudan's war the reason for South Sudan's economic crisis? What's really going on with oil revenue](#). **The Conversation**, 29 mai. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•TAIWAN - Disputas regionais: [Taiwan says China deployed two aircraft carrier groups, dozens of ships](#). **Al Alarabiya**, 02 jun. 2025. Acesso em: 02 jun. 2025.

•TURQUIA - Instabilidade interna: [Turkey arrests dozens including opposition party members](#) **BBC News**, 30 maio 2025. Acesso em: 02 jun.2025